CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO — MAU USO DE TELEFONE

— O poder público, no regime de concessão, pode impedir o mau uso do serviço, indicando ao concessionário o infrator para a devida punição.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Antônio Tinoco Filho *versus* Cia. Telefônica Brasileira e Departamento de Concessões da Secretaria de Viação e Obras da Prefeitura do Distrito Federal
Recurso de mandado de segurança n.º 956 — Relator: Sr. Ministro
HAHNEMANN GUIMARÃES

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de recurso ordinário, em causa de mandado de segurança, n.º 956, do Distrito Federal, em que é recorrente Antônio Tinoco Filho, sendo recorridos o Departamento de Concessões da Secretaria de Viação e Obras da Prefeitura do Distrito Federal e a Companhia Telefônica Brasileira, — acordam, unânimes, os Ministros do Supremo Tribunal Federal negar provimento ao recurso, em conformidade com as notas juntas.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1948. — José Linhares, Presidente.
— Hahnemann Guimarães, Relator.

Confirmo a entrelinha — e a Companhia Telefônica Brasileira. — Hahnemann Guimarães.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Hahnemann Guimarães (Relator) — Antônio Tinoco Filho requereu ao Juiz da 3.ª Vara da Fazenda Pública mandado de segurança contra o Departamento de Concessões da Secretaria da Viação e Obras da Prefeitura do Distrito Federal e a Companhia Telefônica Brasileira, porque, apesar de quite o requerente, a 2.ª suplicada desligou o telefone, por ordem do primeiro, que, censurando o telefone, apurou partirem desse aparelho telefonemas incômodas a outrem.

Em sentença de 11 de julho de 1946, o Dr. João Frederico Mourão Russell negou o mandado, porque se apurou, sem violação de sigilo das comunicações, o mau uso do aparelho telefônico (fls. 41 a 45).

Os Juizes do Tribunal de Justiça confirmaram, por unanimidade de votos, a sentença, em acórdão de 25 de agôsto de 1947 (fls. 71-v. a 73).

O requerente impugna o acórdão pelo art. 101, II, *a*, da Constituição, alegando que houve excesso de poder, pois a concedente não tem faculdade de punir os que usam os serviços da concessionária, e punir por tempo indeterminado. Não se disse, aliás, que o recorrente empregara linguagem obscena, para que, nos têrmos da cl. 13 de fls. 53, se admitisse o cancelamento da assinatura (fls. 75 e 76).

Constam de fls. 79 as razões do recorrente, que não foram contrariadas (fls. 80-v.).

O Sr. Procurador Geral da República entende que o recurso não merece provimento, tendo-se em vista as jurídicas razões do acórdão de fls. 71-v. e do parecer de fls. 60 (fls. 85).

VOTO

Embora tenha concedido ou autorizado que empresa particular explore serviço público, a União, o Estado e o Município conservam o direito de impedir o mau uso do serviço, que podiam explorar diretamente. Cabendo ao poder público o serviço, caber-lhe-á sempre evitar o abuso, qualquer que seja o regime da exploração.

O poder público indicou à empresa concessionária que o recorrente se estava aproveitando do serviço telefônico para molestar alguém, e a empresa fez cessar o mau emprêgo do serviço, de acôrdo com o regime da concessão.

Não há, pois, fundamento para o recurso, a que nego provimento.

DECISÃO

Como consta da ata, a decisão foi a seguinte: Negaram provimento ao recurso, unânimemente.

Deixaram de comparecer, os Exmos. Srs. Ministros Castro Nunes e Goulart de Oliveira, por se acharem em gôzo de licença, substituídos, respectivamente, pelos Exmos. Srs. Ministros Armando Prado e Ábner de Vasconcelos e o Exmo. Sr. Ministro Lafayette de Andrada, por motivo justificado.